

PETROPOLITANAS

Wellington Freitas



Novo modelo visa outros meios para financiamento

Marco Legal do Transporte Público é sancionado

A sanção do novo Marco Legal do Transporte Público Coletivo Urbano pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ocorre em um momento em que Petrópolis enfrenta desafios no setor. A nova legislação busca reduzir a dependência da tarifa paga pelos passageiros como principal fonte de financiamento do transporte público, permitindo a adoção de novos mecanismos de custeio e subsídios. Na cidade, a Comissão Especial da Câmara que acompanha a intervenção parcial na Transportes Urbanos de Petrópolis (TURP) apontou preocupação com o alto endividamento da empresa e os impactos no fluxo de caixa, incluindo dificuldades para pagamento de funcionários e manutenção da frota.

Novos recursos

O Fundo Municipal de Saúde de Petrópolis foi contemplado com R\$ 5 milhões do Ministério da Saúde para o custeio dos serviços de Atenção Especializada. O repasse foi autorizado por meio da Portaria GM/MS nº 11.550, publicada nesta quarta-feira (11) pelo Ministro Alexandre Padilha, e será realizado em parcela única pelo Fundo Nacional de Saúde. Foram ao todo 25 propostas aprovadas pela pasta.

Reprodução



Ferramenta traz dicas, prazos e orientações

Canal do TRE

Para ampliar o acesso à informação de maneira rápida e segura para as Eleições 2026, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) disponibilizou o canal no WhatsApp do projeto "Preste atenção nas contas! É legal e pode ser fácil". A nova ferramenta de comunicação visa facilitar o acesso a orientações, cumprimento de prazos e dicas práticas essenciais para a regularidade das campanhas. A meta do projeto é criar uma sistemática de orientações e alertas inteligentes por meio da plataforma de mensagens.

Desenvolvimento

A iniciativa foi desenvolvida de forma colaborativa pelo eLaboraRio, o Laboratório de Inovação e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do TRE-RJ, em parceria com a Assessoria de Prestação de Contas Eleitorais e Partidárias e Coordenadoria de Comunicação Social, bem como dos tribunais de Minas Gerais (TRE-MG), Maranhão (TRE-MA) e São Paulo (TRE-SP).

Homenagem

A Casa de Portugal de Petrópolis poderá receber uma homenagem da Alerj. O deputado estadual Marcio Gualberto apresentou um projeto de resolução que concede à instituição o Diploma Construtor da Paz, reconhecimento destinado a entidades que contribuem para o fortalecimento social, cultural e comunitário.

Ação

A Prefeitura de Petrópolis realiza nesta terça-feira (16/6), das 9h às 17h, mais uma edição do programa Conexão Emprego & Cidadania, na Casa do Trabalhador, localizada no Terminal Rodoviário do Centro. A iniciativa reúne diversos serviços gratuitos para a população, com foco na empregabilidade.

Serviços

Durante o evento, os moradores poderão realizar cadastro e atualização de currículos no Balcão de Empregos, que esta semana está oferecendo 117 vagas de trabalho. Além disso, o trabalhador vai contar com impressão gratuita de currículos, emissão de segunda via de documentos, orientação profissional, entre outros serviços.

Prorrogado

As inscrições para a segunda edição do Prêmio de Empreendedorismo Visconde de Mauá foram prorrogadas até dia 30 de junho. A homenagem tem como objetivo reconhecer Microempreendedores Individuais (MEI) e empresas tradicionais de Petrópolis que ajudam a movimentar a economia do município.

Inscrições

As inscrições podem ser realizadas no site da Prefeitura (www.petropolis.rj.gov.br). O Prêmio de Empreendedorismo Visconde de Mauá é uma iniciativa da Prefeitura de Petrópolis que visa reconhecer e valorizar empresas e empreendedores que contribuem para o desenvolvimento econômico e social de nossa cidade.

Apoio

O Prêmio de Empreendedorismo Visconde de Mauá tem o apoio da Associação de Hotéis do Estado do Rio de Janeiro (ABIH-RJ), da Associação Comercial e Empresarial de Petrópolis (Acep), da Associação dos Profissionais de Eventos de Petrópolis (AssociaEventos), da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), da Firjan, entre outras.



Essa é a segunda quebra do equipamento somente neste ano

Funcionamento de elevador vai parar na Justiça

Defensoria Pública entrou com ação contra a Prefeitura

Por Leandra Lima

O elevador do Hospital Municipal Nelson de Sá Earp voltou a ser pauta na Justiça após a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DP-RJ) entrar com uma Ação Civil Pública contra a Prefeitura de Petrópolis devido à pane no equipamento que dá acesso ao Centro de Recuperação de Adultos (CRA), na última quarta-feira (10). Essa é a segunda falha registrada somente no primeiro semestre deste ano.

A DP pontua a falta de infraestrutura da unidade, que dispõe de apenas um elevador, e que, caso ele apresente falhas, o acesso aos pavimentos superiores fica comprometido. "A unidade sofre de um vício grave de tráfego interno: não há rampas que liguem o térreo, os leitos e o Centro de Recuperação de Adultos, que ficam nos pavimentos superiores, de modo que a interrupção do funcionamento do elevador colapsa a unidade, impedindo o transporte de pacientes", ressaltou.

Segundo a Defensoria Pública, uma idosa de 77 anos adiou um procedimento ocular e um cateterismo de urgência. Ela estava internada na unidade em estado grave. A cirurgia não aconteceu, pois não havia possibilidade de transportá-la até o térreo. "Essa situação causou um 'efeito dominó' de desassistência: pacientes que já receberam alta permanecem retidos, ocupando leitos de forma forçada; novos doentes graves que precisam de internação ficam represados no andar térreo; e exames essenciais foram inviabilizados ou suspensos", disse a DP.

A falta do equipamento tem impactado diretamente os atendimentos. Conforme informações, os pacientes que não conseguem usar as escadas não estão sendo admitidos na unidade e, já aqueles liberados, não recebem alta por não haver possibilidade de deslocamento seguro.

Além disso, os leitos do CRA seguem ocupados por esses casos já liberados clinicamente, o que prejudica a admissão de novos pacientes. Outro problema apontado é a realização de exames nos admitidos, que não conseguem se locomover e não são submetidos aos testes, como endoscopia, tomografia, entre outros. Também há impacto no fluxo de cirurgias ortopédicas.

Na ação, o órgão estadual requer que a Prefeitura apresente em juízo um plano "Assistencial de Contingência e Gestão de Risco", dentro de 48 horas, indicando de forma detalhada as medidas emergenciais adotadas para assegurar a acessibilidade vertical, a continuidade das internações, a realização de exames, procedimentos cirúrgicos e altas hospitalares dos pacientes atendidos na unidade.

A criação do plano está sob pena de multa diária de R\$ 10 mil. Além disso, a Defensoria solicitou também que o município apresente um cronograma, com previsão orçamentária e plano de execução voltados para uma solução estrutural, para não depender apenas de um meio de acesso. Entre as medidas destacadas está a construção de uma rampa externa de acessibilidade vertical.

O órgão também pediu a condenação do município ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, no valor de R\$ 10 milhões. O município também deverá apresentar relatórios mensais de manutenção e monitoramento da infraestrutura de acessibilidade da unidade durante cinco anos, conforme aponta o requerimento da DP.

Também foi requerida uma inspeção judicial no hospital por conta da acessibilidade.

Questionada pelo Correio sobre a ação, a Prefeitura informou que o elevador foi consertado e está funcionando normalmente. Também pontuou que o município busca recursos para a modernização do equipamento.